

## **Introdução**

O começo da década de 1930 foi marcado pela maior crise da história do sistema capitalista, em consequência da derrocada da Bolsa de Nova Iorque, em fins de 1929, só superada, de fato, durante a II Guerra Mundial, que inaugurou profundas modificações políticas, ideológicas, institucionais e econômicas no âmbito internacional.

Nesse período, no Brasil, emergiram intensas disputas de espaços políticos, econômicos, sociais e, sobretudo, acadêmicos. O debate econômico foi sintetizado no cotejo entre planejamento e liberalismo, que ocorreu às vésperas do fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo (ou a ditadura de Getúlio Vargas, verificada no intervalo compreendido entre 1937 e 1945), tendo como protagonistas Roberto Simonsen, respeitado intelectual e líder empresarial, e Eugênio Gudín, destacado pensador e homem público, considerado o “pai” da reflexão econômica no país.

### **1. Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948)**

Simonsen nasceu no Rio de Janeiro, tendo se transferido cedo para São Paulo, onde se formou aos 21 anos de idade em Engenharia Civil. Pouco depois fundou sua primeira empresa, a Companhia Construtora de Santos, ponto de partida para a edificação de um verdadeiro império de indústrias de construção civil, antes mesmo da década dos 1920.

A magnitude dos empreendimentos industriais de Simonsen pode ser avaliada pelo exemplo da construção de quartéis e hospitais para o Exército, entre 1920 e 1922, que se estendeu por 36 cidades e nove Estados. Do comando de suas empresas, que incluíram, posteriormente, frigoríficos, fábricas de artefatos de cobre, borracha, dentre outros, nas grandes cidades e no interior, observava atentamente as condições precárias de vida da maioria da população brasileira.

Em seus pronunciamentos públicos, costumava abordar os aspectos sociais do país, mostrando que parcela considerável da população brasileira estava à margem de qualquer política de inclusão social. Defendia a industrialização como a única solução efetiva para esse problema, já que a pobreza na agricultura era quase endêmica. Preocupava-se profundamente com a educação técnica, com a qualificação da mão de obra e com a formação de profissionais de nível superior na área científica, cuja ausência quase total era um sério entrave ao desenvolvimento industrial do país.

Ele, pessoalmente, fundou duas escolas de nível superior. Contudo, sua obra mais notável foi, sem dúvida, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – o

SENAI, visando preencher em parte o vazio absoluto que era a formação profissional do operariado brasileiro. Trabalhou também na adoção e na utilização de normas técnicas para a indústria nacional. Através de sua liderança industrial, fundou e dirigiu entidades de classe, como o Centro de Indústrias e, posteriormente, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Simonsen promoveu várias Feiras Nacionais na área Industrial. Organizou e dirigiu reuniões de empresários industriais, tais como o famoso Encontro de Teresópolis, em 1945, no qual se comprovou a necessidade de se criar um plano de ação social para o Brasil. Nesse encontro, foi elaborada a Carta da Paz Social, fundamentada nos princípios de solidariedade social que norteariam a criação do Sesi).

Como político e homem público, Simonsen assumiu vários cargos na prefeitura de Santos, foi deputado na Assembleia Nacional Constituinte (1934-1935), deputado federal (1945), senador e membro do Conselho Federal de Comércio Exterior. Assumiu também a titularidade da cadeira 3 da Academia Brasileira de Letras (ABL). Como intelectual respeitado nos círculos econômicos, foi autor de várias obras clássicas sobre economia e história econômica do Brasil, destacando-se *História Econômica do Brasil* (1937), *As Consequências Econômicas da Abolição* (1938), *Evolução Industrial do Brasil* (1939), *As Crises no Brasil* (1939), *Aspectos da História Econômica do Café* (1940), *As Finanças e a Indústria* (1931), *Aspectos da Economia Nacional* (1935) e *Níveis de Vida e a Economia Nacional* (1940).

## **2. Eugênio Gudín (1886-1986)**

Eugênio Gudín nasceu no Rio de Janeiro e formou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1903. Sua carreira esteve, por muitos anos, ligada ao exercício de funções técnicas e administrativas em empresas de construção e de energia elétrica. Foi engenheiro-assistente na construção da represa do Ribeirão das Lajes, além de ter sido um intrépido estudioso dos problemas relacionados à miséria da região nordeste do Brasil, quando superintendente da Pernambuco Tramway and Power Ltda., empresa que organizou com a participação de capitais ingleses.

Muitas de suas avaliações sobre o país permanecem atuais, especialmente a associação entre os problemas sociais e econômicos nordestinos e a reduzida produtividade da agricultura. Foi diretor da Great Western of Brasil Railway Co., empresa constituída por capitais internacionais. A convivência prolongada com o mundo corporativo o convenceu acerca da necessidade de o Brasil contar com a colaboração do capital externo, especialmente pela possibilidade de incorporação de modelos contemporâneos de eficiência administrativa, gerencial e de tecnologia.

Na década de 1940, distinguiu-se como economista, tendo sido destacado professor de Economia Monetária na Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro. Foi também o iniciador do moderno ensino de economia no país, formando várias gerações de conhecidos profissionais na tradicional Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. Seu livro-texto *Princípios de Economia Monetária*, cuja primeira edição data de 1943, até hoje é reeditado e adotado nos cursos universitários de Economia.

Gudin foi também um notório homem público na administração federal, tendo sido ministro da Fazenda entre 1954 e 1955, no governo Café Filho, que assumiu a presidência com a morte do então presidente Getúlio Dorneles Vargas.

No âmbito internacional, foi membro diretor do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Além do famoso livro-texto, já citado, publicou vários outros trabalhos. Dentre eles, sobressaem-se *Notas sobre Assuntos Orçamentários e Econômicos* (1929), *As Origens da Crise Mundial* (1931), *Capitalismo e sua evolução*, *A Controvérsia 34 do planejamento na Economia Brasileira* (1935), *Educação e Riqueza* (1937), *Ensaio Sobre a Estrutura Monetária e Bancária* (1943), *Para um mundo melhor* (1943), *Rumos de política econômica* (1945), *Inflação e crédito* (1946), dentre outros.

Da mesma forma que Roberto Simonsen, Gudin foi um entusiasta do ensino profissional, dos cursos técnicos, do ensino das ciências, sobretudo econômicas. Em toda a sua vida sempre sublinhou a necessidade de realização de pesquisas agrotécnicas como a chave do aumento da produtividade da agricultura brasileira.

Manteve-se intransigente na defesa da racionalização do sistema de transportes, apontando distorções e contradições que foram expostas nas crises mundiais do petróleo em 1973 e 1979, assim como nos dias atuais, com a crise de mobilidade dos grandes centros urbanos.

### **3. Polêmica teórica entre Simonsen e Gudin**

Em 1942, o governo Vargas solicitou ao Conselho Nacional de Políticas Industriais e Comerciais (CNPIC), órgão subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um relatório atualizado acerca das bases e necessidades de uma política industrial e comercial para o país. Especificamente, tal incumbência coube a Roberto Simonsen, relator do Conselho, que, por sua vez, recorreu ao Serviço de Estatística da Previdência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para o levantamento das informações essenciais ao trabalho, ainda que preliminares<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Na verdade, os valores das contas nacionais e do balanço de pagamentos do Brasil só puderam ser efetivamente determinados a partir de 1947, por parte do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas e da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) do Banco do Brasil.

No documento apresentado, Simonsen propunha a planificação da economia brasileira, visando a quadruplicação da renda nacional. Partindo do pressuposto da impossibilidade de alcance daquele propósito, amparado na livre atuação das forças de mercado, recomendava uma grande empreitada de investimentos governamentais na direção do planejamento da industrialização, sustentado ações protecionistas do Estado.

Apesar das estatísticas do Ministério servirem apenas como ilustração do estado de pobreza relativa do país, elas ganharam exagerado peso no parecer de Simonsen, o que permitiu, a seus críticos, contestarem os dados e o próprio relatório que propunha ações políticas mais vigorosas. Como entre eles figurava Eugênio Gudín, a partir desse episódio estabeleceu-se uma polêmica teórica entre ambos que, em alguns momentos, escapou da frente política-ideológica e ingressou na esfera privada.

O estudo foi encaminhado à recém-criada Comissão de Planejamento, subordinada ao Conselho de Segurança Nacional. Eugênio Gudín ficou incumbido de analisá-lo, na condição de relator. Rigorosamente, a base teórica e metodológica de Simonsen no campo da economia era inferior à de Gudín. Suas posições repousavam em observações de natureza política e em experiências administrativas.

A apreciação de Gudín, exposta no primeiro semestre de 1945, publicada no segundo semestre daquele ano, como *Carta à Comissão de Planejamento*, e contida em seu livro *Rumos de Política Econômica*, foi extremamente crítica nesse parecer. Ele não só contestou a abordagem sobre planejamento, efetuada por Simonsen, como, segundo seus interlocutores, avaliou que o texto estava impregnado de ideologia. Alternativamente, sugeriu profundas modificações institucionais, como a criação de um Banco Central e a atuação sistêmica da política econômica. Ademais, Gudín delineou alguns pontos relativos ao levantamento de dados e informações para a determinação das contas nacionais e do balanço de pagamentos.

Mas, o mais relevante foi a sua argumentação veemente em favor do desenvolvimento econômico pautado nas livres forças de mercado, no aumento da produtividade, na melhor orientação e alocação das poupanças, visando à formação de capital pelo setor privado e o aperfeiçoamento da educação técnica.

Em Junho de 1945, Roberto Simonsen replicou as críticas de Gudín em um livro *O Planejamento da Economia Brasileira*, no qual reafirmou o caráter confiável das informações do Ministério do Trabalho, por ele utilizadas, e enalteceu as suas ideias por meio do uso mais de sua hábil retórica e menos de incursões científicas. A defesa do intervencionismo, em oposição ao liberalismo extremado de Gudín, brilhante e lúcida, valendo-se da vasta cultura humanística e dos profundos conhecimentos de história. Para um leitor atento, é fácil perceber, na argumentação de Simonsen, os artifícios doutrinários ou políticos em favor do protecionismo.

## Considerações Finais

O epílogo desta árdua batalha intelectual e ideológica conduz à constatação de que, para Gudin, era atrasada e perniciosa qualquer ideia de planejamento econômico por parte do Estado. Em sua tréplica, que marcou o encerramento das atividades da Comissão de Planejamento, ele reafirmou suas críticas às mensurações da renda nacional, sua oposição ao planejamento e ao protecionismo estatal e a linha de apoio intransigente ao livre mercado.

Roberto Simonsen, apesar de seu cabedal intelectual, não teve condições de avaliar o denso conteúdo de algumas das análises e propostas de política econômica feitas por Gudin, maior conhecedor de Economia no Brasil naquela época.

É importante reter que os dois gigantes do pensamento econômico brasileiro colocaram suas iniciativas públicas e privadas, além de suas densidades intelectuais, à disposição da ampliação das fronteiras do conhecimento econômico e dos agentes sociais. Eugênio Gudin era, antes de tudo, um economista brilhante. Roberto Simonsen era um erudito, humanista e historiador, além de homem público e político experiente.

## Referências

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: JC Editora, 2000.

GUDIN, Eugênio; SIMONSEN, Roberto. **A Controvérsia do planejamento na Economia Brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.

OLIVEIRA, N. M.; ESPINDOLA, C. R. **Trabalhos acadêmicos: recomendações práticas**. São Paulo: CEETPS, 2003.

SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson. **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997.